

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. *Desafiando o Leviatã: sindicalismo no setor público*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000. 135 p.

*Neusa Maria da Conceição**

O livro de Ângela Cristina, professora de sociologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, é o resultado de uma pesquisa acerca do movimento de organização dos funcionários públicos federais. O objetivo desse estudo é demonstrar como um agrupamento de trabalhadores técnico-administrativos vivencia uma prática política e como se dá sua participação efetiva na sociedade, na década de 1980. Destacam-se os funcionários públicos federais por conseguirem desencadear movimentos envolvendo funcionários de todo o país.

A autora apresenta seu livro em quatro capítulos, estabelecendo entre eles um processo de interação através da análise e demonstração do esforço realizado pelo funcionário público federal, no sentido de configurar uma prática política e construir no cotidiano sua identidade política.

O Estado e a transição política no Brasil são abordados no primeiro capítulo a partir de algumas considerações relevantes: a administração pública, por ser menos abrangente, não se confunde com o Estado. Ela significa conjuntos de atividades que se destinam ao interesse público. Para melhor compreensão estrutural dos funcionários públicos é necessário fazer também uma distinção entre Estado e regime político. Este se constitui no conjunto de instituições reguladoras do exercício do poder, enquanto aquele, por sua vez, é igual à sociedade civil mais a sociedade política. A diferença entre as

* Mestranda em Educação Brasileira da Universidade Federal de Goiás. [e-mail: joantneusa@bol.com.br]

duas esferas é que as organizações privadas, os organismos sociais e coletivos constituem a sociedade civil. E a força coercitiva do Estado é que compõe a sociedade política.

No primeiro capítulo, Ângela Cristina discute também o aspecto da burocracia estatal como fenômeno intrínseco à administração pública. No decorrer da história, a burocracia ganhou uma conotação fortemente negativa e sua expansão está profundamente relacionada com o desenvolvimento do capitalismo moderno. A autora ressalta ainda a característica da burocracia empregada por Weber, com predomínio do formalismo, a existência de normas escritas, estrutura hierárquica e divisão horizontal e vertical do trabalho. Enfim, a burocracia não se esgota como fenômeno unicamente técnico, sendo acima de tudo um fenômeno de dominação. A autora aborda também o período de transição política no Brasil, que se inicia na década de 1970 e percorre também a década de 1980. O processo de transição é resultado do confronto entre as forças da oposição paralela articuladas por meio dos movimentos sociais e das organizações político-partidárias com o regime autoritário. É neste contexto que se desencadeia a luta do movimento do funcionário público federal.

No segundo capítulo – “Classes sociais e identidade política: a configuração de sujeitos sociais” –, a autora discute a relação entre classes sociais no contexto da divisão do trabalho, o que configura classe social em um âmbito mais amplo. A autora aprofunda o conceito de classe social e sujeito social no sentido de não negligenciar nenhum aspecto, estabelecendo assim um elo entre os conceitos de classe social e movimentos sociais. Ângela Cristina ressalta ainda que está referindo-se especialmente aos movimentos sociais urbanos, visto que é esse o espaço que interessa como objeto de sua análise. As classes constituem-se como produto do acúmulo de experiências vividas. As lutas e conquistas constroem uma identidade própria. Desse modo, as classes acontecem enquanto as pessoas vivem a sua própria história. Elas existem, quando as situações e relações produtivas são experimentadas não só como interesses e necessidades, mas como sentimentos, normas e valores. Os movimentos sociais são manifestações bem características das sociedades complexas contemporâneas. Esses movimentos sociais urbanos representam uma

força transformadora que, de certa forma, revigora o cenário político. As classes não se organizam apenas no âmbito da inserção no processo produtivo, mas por meio das lutas travadas, das experiências vividas, e seu reconhecimento passa necessariamente por sua prática política.

No terceiro capítulo, a autora procura situar o movimento do funcionalismo público federal na década de 1980. A prática política do funcionalismo federal é demonstrada através da análise da história do movimento de funcionários federais da administração direta e da atuação do sindicato dos funcionários públicos federais de Brasília (Sindsep-DF). A história da organização do funcionalismo naquela década traz fortes indícios da construção de uma identidade política, em um esforço de configuração de uma nova imagem do agrupamento. Um dos elementos que se destaca na formulação da identidade política dos servidores públicos é o confronto com o Estado. Através desse confronto o funcionalismo inicia a elaboração do processo de autoconsciência, construindo sua posição e ação diante dos conflitos sociais e da relação de poder.

O funcionalismo público federal em Brasília – a configuração de uma prática política é o tema do quarto capítulo. Na década de 1980, nasce o sindicato dos servidores públicos federais no DF (Sindsep). Foi o primeiro sindicato criado no país agregando o conjunto dos servidores. Anteriormente, os funcionários públicos eram proibidos de formarem sindicatos e, por isso, agrupavam-se em associações. As forças do novo sindicalismo marcaram decisivamente o cenário sindical brasileiro. Houve o esforço de construção de um sindicalismo não agregado às instâncias governamentais, mais voltado para uma prática sindical democrática e participativa.

O estudo a que se propôs a professora Ângela Cristina é um aprofundamento histórico do movimento do funcionalismo público federal na década de 1980. Essa pesquisa não esgota o problema devido à própria dinâmica em que estão inseridos os movimentos sociais. A realidade e os fatos sociais estão em constante mudança. No momento em que a autora discutiu essa temática, o movimento do funcionalismo público estava se constituindo. À medida que os movimentos sindicais vão se organizando, novos desafios vão surgindo,

os quais são inerentes ao próprio caminhar dos movimentos. As lutas internas, as correlações de forças, as tensões cotidianas, as perseguições e tantos outros também são intrínsecos ao existir dos movimentos. Aprender essa dinâmica e complexidade interna e externa de um determinado movimento social, eis, pois, a grande contribuição do livro em foco.

Em suma, o estudo da professora Ângela Cristina é uma contribuição valiosa para a comunidade científica e para todos que buscam entender melhor a história dos movimentos sociais e, de forma mais explícita, a organização dos funcionários públicos federais na década de 1980. Sua leitura será muito proveitosa para cientistas sociais, líderes dos movimentos sociais, bem como para professores, estudantes de serviço social, sociologia, história e de áreas afins dedicadas à questão social. O texto tem o grande mérito de explicar o processo histórico, o esforço realizado pelo funcionário público federal no sentido de configurar uma prática política e a construção cotidiana de sua identidade política.